



CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS - RJ
CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2025, DE 04 DE SETEMBRO DE 2025



ASSISTENTE JURÍDICO

ESCREVA NO CAMPO ABAIXO A NUMERAÇÃO CONTIDA EM SEU CARTÃO-RESPOSTA:

Nº _____

INSTRUÇÕES GERAIS

1. O(a) candidato(a) receberá do Fiscal de Sala o material a seguir descrito:
 - ✓ este caderno com 40 (quarenta) questões do tipo objetiva, cada qual contendo quatro alternativas (A, B, C e D), 1 (uma) questão referente à prova discursiva;
 - ✓ um cartão-resposta destinado às respostas das questões objetivas; e
 - ✓ um caderno de texto definitivo para resposta da prova discursiva.
2. Ao receber o cartão-resposta, o(a) candidato(a) deverá:
 - ✓ conferir seus dados pessoais, como nome e CPF;
 - ✓ comunicar imediatamente ao Fiscal de Sala, caso exista algum erro de digitação ou impressão no seu cartão-resposta, a fim de que seja registrado em Ata de Sala e seja feita a devida substituição;
 - ✓ ler atentamente as instruções contidas no cartão-resposta, para o seu devido preenchimento;
 - ✓ assinar o cartão-resposta no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta fabricada em material transparente.
3. O cartão-resposta é o único documento válido para o processamento das respostas das questões do tipo objetiva e, em hipótese alguma, será substituído por erro do(a) candidato(a).
4. O cartão-resposta não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas das questões.
5. Somente será permitido ao(à) candidato(a) retirar-se definitivamente do local de prova após transcorrido o tempo de 3 (três) horas de seu início, mediante a entrega obrigatória do seu caderno de questões, do caderno de texto definitivo e de seu cartão-resposta devidamente preenchido e assinado, ao Fiscal de Sala.
6. Os candidatos poderão ausentar-se temporariamente da sala de aula, para utilização de sanitários ou para beber água, após transcorrido o tempo mínimo de 01 (uma) hora do horário do início da aplicação das provas e até o prazo de 20 (vinte) minutos antes do término dessas.
7. O(a) candidato(a) deverá devolver ao Fiscal de Sala, obrigatoriamente, o caderno de questões, o cartão-resposta e o caderno de texto definitivo antes de sua saída definitiva da sala de aplicação. Caso se negue a entregá-los, será eliminado(a) do concurso.
8. O tempo disponível para realização das provas objetiva e discursiva, bem como ao preenchimento do cartão-resposta e do caderno de texto definitivo, é de 04 (quatro) horas.
9. Não serão aceitas reclamações posteriores.
10. Boa sorte!

LÍNGUA PORTUGUESA**Texto 1****Desenvolvimento Sustentável: o que é e objetivos**

Com o passar do tempo, o conceito de sustentabilidade acabou sendo associado de forma limitada pelo grande público a “ações ecológicas” ou “menos poluentes”. A boa notícia é que marcas que se assumem como sustentáveis já são vistas de forma mais positiva pelos consumidores, ainda que não entendam exatamente o que isso queira dizer. A má notícia é que a limitação do conceito no imaginário coletivo interfere negativamente no entendimento do que é “desenvolvimento sustentável”.

É importante termos em mente que a essência da definição de sustentável está em perpetuar o planeta, sendo diretamente associada a palavras como legado, continuidade e equilíbrio. Para haver o desenvolvimento sustentável pleno, é necessário planejamento e, acima de tudo, reconhecer que os recursos naturais são finitos. A permanência do mundo como conhecemos depende de como conseguimos gerenciar nossos impactos no presente e no futuro próximo. Os recursos são finitos e todos somos responsáveis pela conservação dos mesmos. Entretanto, pode ser difícil compreender quais ações estão sendo feitas, na prática, e que possam garantir esta continuidade.

Para esclarecer esse ponto desenvolvemos este artigo com o objetivo de apresentar a definição de desenvolvimento sustentável, que movimentos as empresas estão realizando e o papel do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável) nesse contexto. Confira!

O que é desenvolvimento sustentável?

O desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem colocar em risco a capacidade de atender as gerações futuras. Por isso, conforme já citado neste artigo, a definição está vinculada aos termos “legado” e “continuidade”. Em resumo, desenvolvimento sustentável também diz respeito à necessidade de repensar hábitos de consumo e produção, focando em qualidade (como produzimos, o que, por que e para quem) em vez de quantidade, com uso de matérias-primas que sejam provenientes de fontes limpas e verdes, além da adoção de mecanismos de mitigação e compensação, e o aumento da reutilização e da reciclagem.

Desenvolver-se de forma sustentável, seja em pequena esfera (no contexto de uma empresa, por exemplo), ou em larga esfera (no contexto de um país), pressupõe possibilitar às pessoas, agora e futuramente, atingir um nível satisfatório de desenvolvimento socioeconômico e cultural fazendo uso razoável dos recursos naturais, de forma a não os esgotar para as próximas gerações.

Para conquistar tais resultados é necessário planejamento, bem como o entendimento de que os recursos são finitos. Por isso, não podemos confundir desenvolvimento sustentável com crescimento econômico, uma vez que este último costuma depender do consumo crescente de energia e recursos naturais. A grande diferença deste pensamento está em promover o equilíbrio entre os objetivos de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e a conservação ambiental.

Que movimentos estão sendo feitos em prol do desenvolvimento sustentável?

A preocupação da comunidade internacional com os limites do desenvolvimento do planeta é uma realidade, e dentro deste contexto existem grandes ações sendo realizadas como o Acordo de Paris e os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), e também ações do cotidiano de cada um de nós e também das empresas.

Entenda melhor:**Sobre o Acordo de Paris**

O Acordo de Paris, firmado na COP 21 (Conferência das Partes, promovida pela ONU), passou a valer a partir de 4 de novembro de 2016, e traz um compromisso e plano de ações a serem desenvolvidas pelos países para combater as mudanças climáticas.

Para a entrada em vigor do acordo, que substituiu a partir de 2020, o Protocolo de Kyoto, 55 países que representam 55% das emissões de gases de efeito estufa precisavam ratificá-lo. Isso aconteceu em 4 de novembro de 2016. Até junho de 2017, 195 países assinaram o acordo, e 147 destes, entre eles o Brasil, ratificaram-no.

O que são ODS?

ODS é a sigla para Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, surge em 2015 e faz parte do documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” publicado pela ONU. O documento é composto, entre outros itens, por 17 ODS que visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas, preservando o ecossistema e garantindo prosperidade econômica.

Principais movimentações das empresas em relação ao desenvolvimento sustentável

Apesar da conscientização de que as mudanças não são opcionais, mas primordiais, ainda existe a necessidade de maior adaptação do setor empresarial. Aderir ao desenvolvimento sustentável vai muito além de ser bom para o planeta: a mudança de atitudes garante a continuidade dos negócios.

Em 2022, 70% dos brasileiros acreditavam que o aquecimento global prejudica a todos, e 90% deles também acreditam que com o passar dos anos aumentará ainda mais os desastres provocados por alterações climáticas. Em pesquisa realizada no Brasil, dos 100 líderes empresariais dos maiores grupos corporativos presentes em diferentes setores, 99% acreditam que a sustentabilidade é importante ou muito importante para os negócios e que as empresas desempenham papel imprescindível para viabilizar a mudança de modelo. A pesquisa reforça a tese de que os grandes desafios econômicos, ambientais e sociais podem e devem ser transformados em oportunidades.

Diversas empresas já estão trabalhando com o modelo de Economia Circular, no entanto, as empresas enfrentam um desafio crescente para expandir e criar valor em meio a um cenário de instabilidade e escassez no fornecimento de recursos, com elevação de custos e incertezas nos negócios.

A chave para gerir este desafio está na Economia Circular, modelo alternativo que dissocia crescimento de utilização de recursos escassos, pois possibilita o desenvolvimento econômico dentro dos limites dos recursos naturais e promove a oportunidade às empresas de inovar.

O conceito consiste em um ciclo de desenvolvimento positivo contínuo que preserva e otimiza o capital natural, a produção de recursos e minimiza riscos sistêmicos, administrando estoques finitos e fluxos renováveis.

De forma mais prática, entre os modelos de negócio da economia circular está a extensão do ciclo de vida de produtos, que visa estender o ciclo de vida útil de mercadorias e seus componentes por meio de reparo, upgrade e revenda. Para elucidar melhor o conceito e os outros modelos de negócio propostos pela economia circular, basta acessar este documento. (...)

Acessível em <https://cebds.org/developmento-sustentavel-o-que-e-e-objetivos/>

1. Com base na leitura atenta e na análise das informações veiculadas no Texto 1, assinale a alternativa que apresenta uma inferência ou compreensão correta e diretamente sustentada pelo conteúdo.
 - A) A associação limitada do conceito de sustentabilidade a ações meramente ecológicas é o principal fator que impede o engajamento das empresas na busca por um modelo de desenvolvimento mais equilibrado.
 - B) A percepção positiva dos consumidores em relação a marcas que se declaram sustentáveis é apresentada como um fator que, apesar de positivo para a imagem corporativa, não elimina o problema da incompreensão do conceito.
 - C) O Texto 1 estabelece uma distinção clara entre "desenvolvimento sustentável" e "crescimento econômico", indicando que o primeiro, ao contrário do segundo, não admite o uso de recursos naturais em nenhuma hipótese.
 - D) A finitude dos recursos naturais é um conceito que, embora reconhecido pela comunidade internacional, não é o elemento central que define a essência do desenvolvimento sustentável, sendo este focado no equilíbrio social.

2. A análise semântica de um texto exige a compreensão do sentido contextual das palavras e expressões. Considerando o contexto geral da discussão sobre o desenvolvimento sustentável e o sentido das palavras destacadas a seguir, assinale a alternativa em que a substituição do termo em destaque **não** altera o sentido original da frase.
 - A) A permanência do mundo como conhecemos depende de como conseguimos gerenciar nossos impactos no presente e no futuro **próximo**. (Substituição por: imediato)
 - B) A grande diferença deste pensamento está em promover o equilíbrio entre os objetivos de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e a **conservação** ambiental. (Substituição por: reserva)
 - C) O desenvolvimento sustentável é aquele capaz de **suprir** as necessidades da geração atual, sem colocar em risco a capacidade de atender as gerações futuras. (Substituição por: abastecer)
 - D) A chave para gerir este desafio está na Economia Circular, modelo alternativo que **dissocia** crescimento de utilização de recursos escassos. (Substituição por: desvincula)

3. Analise os encontros vocálicos presentes nas palavras destacadas nos itens abaixo:
 - I. Em "A boa **notícia** é que marcas que se assumem como **sustentáveis**...", ocorre um ditongo crescente em "notícia" e um ditongo decrescente em "sustentáveis".
 - II. Em "A má notícia é que a limitação do **conceito** no **imaginário** coletivo interfere negativamente...", ocorre um ditongo crescente em "conceito" e um hiato "imaginário".
 - III. Em "Entretanto, pode ser difícil **compreender** quais ações estão sendo feitas, na prática, e que possam garantir esta **continuidade**...", ocorre, tanto em "compreender" como em "continuidade", um hiato.

Com base na análise acima, assinale a alternativa correta.

 - A) Somente o item I está correto.
 - B) Somente os itens I e III estão corretos.
 - C) Somente o item II está correto
 - D) Somente os itens II e III estão corretos.

4. A pontuação, em especial o emprego da vírgula, é um recurso essencial à clareza e à correção gramatical do texto, sendo regida por princípios sintáticos na norma-padrão. Desse modo, conforme as regras de pontuação, assinale a alternativa em que todas as vírgulas foram empregadas corretamente.
 - A) A boa notícia, é que marcas que se assumem como sustentáveis, já são vistas de forma mais positiva pelos consumidores, ainda que não entendam exatamente o que isso queira dizer.
 - B) Para haver o desenvolvimento sustentável pleno, é necessário planejamento e, acima de tudo, reconhecer que os recursos naturais são finitos, o que exige, uma mudança de paradigma.
 - C) O desenvolvimento sustentável, que é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem colocar em risco a capacidade de atender as gerações futuras, está vinculado aos termos "legado" e "continuidade".
 - D) Em pesquisa realizada no Brasil, dos 100 líderes empresariais, 99% acreditam, que a sustentabilidade é importante ou muito importante para os negócios, e que as empresas desempenham papel imprescindível.

5. Analise o excerto: "Por isso, não podemos confundir desenvolvimento sustentável com crescimento econômico, uma vez que este último costuma depender do consumo crescente de energia e recursos naturais". A locução conjuntiva "por isso" realiza uma coesão sequencial entre períodos, estabelecendo entre eles uma ideia de
 - A) adição.
 - B) conclusão.
 - C) comparação.
 - D) conformidade.



CARGO: ASSISTENTE JURÍDICO

6. Analise o trecho do Texto 1: “É importante termos em mente que a **essência** da definição de **sustentável** está em perpetuar o planeta, sendo diretamente associada a palavras como legado, continuidade e **equilíbrio**. Para haver o desenvolvimento sustentável pleno, é **necessário** planejamento e, acima de tudo, reconhecer que os recursos naturais são finitos.”. Em relação à acentuação gráfica das palavras em destaque, pode-se afirmar que

- A) A palavra “essência” recebe acento por ser uma palavra proparoxítona terminada em ditongo crescente.
- B) A palavra “necessário” recebe acento por ser uma palavra proparoxítona terminada na vogal “O”.
- C) A palavra “equilíbrio” recebe acento por ser uma palavra proparoxítona terminada em hiato.
- D) A palavra “sustentável” recebe acento por ser uma palavra proparoxítona terminada em “L”.

7. A colocação pronominal (próclise, ênclise e mesóclise) é regida por fatores sintáticos e fonéticos que determinam a posição dos pronomes oblíquos átonos em relação ao verbo. Sabendo-se disso, assinale a alternativa que apresenta a colocação pronominal correta e obrigatória em conformidade com a gramática normativa.

- A) Os recursos naturais esgotar-se-ão se a humanidade não se conscientizar da finitude deles, e não se pode esgotá-los para as próximas gerações.
- B) Se a comunidade internacional se propuser a agir, se alcançará o desenvolvimento sustentável, e os países se comprometerão a ratificá-lo até o final do ano.
- C) O desenvolvimento sustentável o pressupõe, e nos cabe a responsabilidade de o promover, visto que o mundo não pertence-nos, mas o herdamos.
- D) O CEBDS o dedica à promoção de práticas sustentáveis, e a mudança de atitudes garante a continuidade dos negócios, o que deve-se à conscientização dos líderes.

8. Observe o emprego da partícula “a” nas orações abaixo:

- I. “Para a entrada em vigor do acordo, que substituiu a partir de 2020, o Protocolo de Kyoto, 55 países que representam 55% das emissões de gases de efeito estufa precisavam ratificá-lo”.
- II. “A pesquisa reforça a tese de que os grandes desafios econômicos, ambientais e sociais podem e devem ser transformados em oportunidades”.

A partir da análise acima, assinale a alternativa que apresenta a correta classificação morfológica da partícula “a”.

- A) Em I, a primeira partícula “a” funciona como artigo definido e a segunda, como preposição.
- B) Em I, a primeira partícula “a” funciona como preposição e a segunda, como artigo definido.
- C) Em II, a primeira partícula “a” funciona como artigo definido e a segunda, como preposição.
- D) Em II, as duas partículas “a” funcionam como artigo indefinido.

9. Sobre as orações que compõem o período “A boa notícia é que marcas¹ que se assumem como sustentáveis² já são vistas de forma mais positiva pelos consumidores, ainda que não entendam exatamente³ o que isso queira dizer”, analise as afirmativas abaixo:

- 1. “que marcas...” – oração subordinada substantiva predicativa;
- 2. “...que se assumem como sustentáveis...” – oração subordinada adjetiva explicativa;
- 3. “ainda que não entendam exatamente...” – oração subordinada adverbial concessiva.

Sobre as afirmativas acima, assinale a alternativa correta.

- A) Somente a afirmativa 1 está correta.
- B) Somente a afirmativa 2 está correta.
- C) Somente a afirmativa 3 está correta.
- D) Somente as afirmativas 1 e 3 estão corretas.

10. A partícula “que”, presente no trecho “...99% acreditam que¹ a sustentabilidade é importante ou muito importante para os negócios e que² as empresas desempenham papel imprescindível para viabilizar a mudança de modelo.”, do Texto 1, desempenha, respectivamente,

- A) em 1, a função de pronome relativo.
- B) em 2, a função de conjunção explicativa.
- C) em 1 e 2, a função de conjunção integrante.
- D) em 1, a função de pronome relativo e, em 2, de conjunção integrante.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Durante a implementação de um plano de segurança da informação na Câmara Municipal de Angra dos Reis, o Técnico de TI recomenda a adoção de backups automáticos diários e a verificação periódica dos arquivos de recuperação. Assinale a alternativa que apresenta a principal finalidade dessa prática.

- A) Reduzir o tempo de processamento dos sistemas de rede.
- B) Evitar o acesso não autorizado aos dados corporativos.
- C) Garantir a disponibilidade e a integridade das informações em caso de falhas ou perda de dados.
- D) Aumentar a velocidade de transmissão de dados entre os servidores.

12. O presidente da Câmara Municipal de Angra dos Reis pediu que fosse enviada, por e-mail, a pauta da próxima sessão em formato de texto, com imagens e gráficos, mas que o arquivo fosse compactado antes do envio. O funcionário responsável criou o arquivo “pautaprevista.docx” e, em seguida, o compactou, gerando o arquivo “pautaprevista.zip”. Com base nessa situação, assinale a alternativa correta.

- A) O arquivo .zip substitui o .docx, e o conteúdo original não pode mais ser recuperado.
- B) O arquivo .docx é um documento de texto criado no Word, e o .zip é o arquivo compactado que contém o documento original.
- C) O arquivo .zip é um tipo de planilha do Excel, usada para reduzir o tamanho do documento.
- D) O arquivo .docx é um programa executável e, por isso, precisa ser compactado para funcionar.

13. Durante uma Comissão de Avaliação de Desempenho, os membros da equipe decidiram utilizar ferramentas de colaboração em nuvem para editar um mesmo documento ao mesmo tempo, sem precisar enviar versões diferentes por e-mail. Para isso, optaram por usar o Google Drive e o OneDrive. Com base nessa situação, assinale a alternativa correta.

- A) Google Drive e OneDrive permitem apenas o armazenamento de arquivos, mas não oferecem recursos de edição ou compartilhamento.
- B) O Google Drive só funciona quando o usuário está desconectado da internet.
- C) O OneDrive é utilizado apenas em computadores com sistema operacional Linux.
- D) Ambas as plataformas permitem criar, editar e compartilhar arquivos *on-line*, possibilitando que várias pessoas trabalhem simultaneamente no mesmo documento.

14. Marcela deseja baixar uma imagem da internet para usar em um relatório semanal. Ela encontra dois arquivos: "foto.jpg" e "foto.exe". Antes de realizar o *download*, ela precisa decidir qual arquivo é seguro. A partir das informações apresentadas, assinale a alternativa correta.

- A) Ambos os arquivos podem ser baixados sem problemas, pois estão disponíveis na internet.
- B) O arquivo .jpg é uma imagem e seguro para uso, enquanto o .exe é um arquivo executável que pode conter vírus.
- C) O arquivo .exe é o mais indicado para uso escolar, pois contém imagens prontas.
- D) A extensão do arquivo não importa para determinar sua segurança.

15. Um administrador de sistemas está organizando os arquivos da Câmara Municipal de Angra dos Reis. Ele cria pastas (diretórios) para separar os documentos por departamento e define permissões de acesso para cada funcionário, garantindo que cada um só consiga visualizar ou editar os arquivos pertinentes ao seu setor. Considerando o exposto, assinale a alternativa correta

- A) Organizar arquivos em diretórios facilita o acesso e a manutenção dos dados, enquanto as permissões controlam quem pode ler, escrever ou executar cada arquivo.
- B) As permissões de arquivos não influenciam quem pode visualizar ou modificar os documentos.
- C) Diretórios e permissões são recursos apenas do sistema operacional Linux e não existem no Windows.
- D) A criação de diretórios torna os arquivos automaticamente públicos para todos os usuários da rede.

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

16. Falar em ética e moralidade no serviço público enseja ao servidor obrigações de comportamento em seu exercício profissional, mormente com o intuito de atendimento aos padrões comportamentais adequados. Nesses termos, assinale a alternativa que apresenta o comportamento que representa a postura esperada de um servidor público.

- A) Na sua atuação, o servidor público não precisa decidir entre o honesto e o desonesto, mas somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto.
- B) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, apenas no exercício do cargo ou da função, mas não fora deles.
- C) O servidor público pode omitir a verdade ou falseá-la, desde que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
- D) O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

17. Em um pequeno município, o Presidente da Câmara nomeou sua irmã para ocupar o cargo em comissão de assessora jurídica, justificando que ela possuía qualificação técnica e experiência na área. Alegou que a nomeação era legítima, pois se tratava de cargo de confiança e não havia relação hierárquica direta com o chefe do Legislativo. A luz dos princípios éticos da Administração Pública, a conduta do Presidente da Câmara é

- A) regular, pois a nomeada tem a qualificação técnica para o cargo.
- B) irregular, pois a nomeação de parente até o 3º grau da autoridade nomeante viola o princípio da moralidade.
- C) regular, já que cargos em comissão não se submetem a restrições de nomeação, diante da confiança que o gestor deve ter em quem os ocupa.
- D) irregular apenas se a nomeada não cumprir com suas obrigações, utilizando-se do parentesco para receber seus vencimentos sem trabalhar.

18. O prefeito do Município Gama editou decreto que determinava a atribuição de nomes dos seus padrinhos políticos e correligionários para dois prédios públicos. Do ponto de vista ético e com base nos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- A) A conduta do prefeito é ética e jurídica, desde que não exista na localidade uma lei proibitiva.
- B) A atuação do prefeito é antiética e antijurídica, uma vez que o deveria ter agido com igualdade, indicando o nome de um aliado e o de um opositor político.
- C) Tal postura é antiética e antijurídica, porque se afasta da finalidade pública e da impessoalidade com que deve atuar o prefeito.
- D) Tal conduta vai ao encontro dos padrões éticos esperados dos gestores públicos.



CARGO: ASSISTENTE JURÍDICO

19. Teco, cidadão brasileiro, apresentou pedido de acesso a informações da Câmara de Vereadores do Município Gama, por meio do sistema disponível para tanto. O servidor responsável verificou que a informação solicitada é de interesse público e passível de divulgação, porém não consegue disponibilizar imediatamente. Assinale a alternativa que indica corretamente o prazo que o órgão tem para comunicar ao interessado a data, o local e o modo para se realizar a consulta da informação, de acordo com o que dispõe a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

- A) 10 dias.
- B) 5 dias.
- C) 20 dias.
- D) 60 dias.

20. Uma servidora pública passou por um processo de divórcio e voltou a usar seu nome de solteira, mudando também seu estado civil. Com o intuito de atualizar seu nome no Portal da Transparência, formulou requerimento à autoridade competente, mas o setor de tecnologia da informação respondeu que “não era possível alterar registros de publicações oficiais”. Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal nº 13.709/2018), é correto afirmar que

- A) o direito à retificação aplica-se apenas a dados sensíveis.
- B) a Administração pode negar a correção, pois os dados são públicos.
- C) somente por meio de determinação judicial a atualização pode ser feita.
- D) a servidora possui o direito de retificação dos dados inexatos ou desatualizados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Um servidor público civil foi demitido após processo administrativo disciplinar, do qual não foi devidamente comunicado da existência para exercício do direito de defesa, sob o argumento de que as provas documentais já seriam suficientes. Inconformado, o servidor impetrou mandado de segurança alegando nulidade do processo. À luz da Constituição Federal vigente, analise as afirmativas abaixo:

- I. O contraditório e a ampla defesa são garantias constitucionais aplicáveis apenas a processos judiciais.
- II. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição Federal.
- III. É necessário processo administrativo com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso.

Com base na análise das sentenças acima, assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- B) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmativas estão corretas.

22. Durante reunião em uma escola pública, o professor de Sociologia afirmou que o Brasil é um Estado fundado sobre valores como a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, os quais orientam tanto a atuação do Estado quanto o exercício dos direitos pelos cidadãos. Um aluno questionou se tais valores são apenas ideais filosóficos ou se possuem natureza jurídica vinculante. Sobre essa dúvida, assinale a alternativa correta.

- A) São normas de caráter programático, dependentes de regulamentação legal para gerar efeitos concretos.
- B) Correspondem a fundamentos jurídicos expressos da República Federativa do Brasil, com força normativa e eficácia imediata.
- C) São princípios filosóficos sem efeito jurídico vinculante, aplicáveis apenas como metas políticas.
- D) Trata-se de valores implícitos na Constituição, sem previsão normativa direta.

23. Durante conferência internacional sobre direitos humanos, o Presidente da República defendeu que o Brasil deve manter sua tradição diplomática baseada na solução pacífica dos conflitos, na não intervenção e na prevalência dos direitos humanos. Um dos jornalistas estrangeiros presentes perguntou se tais valores são apenas orientações políticas do governo em exercício ou se possuem respaldo jurídico no texto constitucional brasileiro. Diante dessa indagação, assinale a alternativa correta quanto à natureza e ao fundamento dessas diretrizes.

- A) São diretrizes políticas discricionárias do Poder Executivo, sem força normativa, pois a Constituição Federal não interfere na formulação da política externa.
- B) Trata-se de princípios constitucionais expressos que vinculam a atuação internacional do Estado brasileiro e orientam a conduta de todos os seus órgãos.
- C) Correspondem a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em tratados de direitos humanos, não constando na Constituição Federal.
- D) São valores ético-morais inseridos apenas no preâmbulo constitucional, sem caráter jurídico vinculante.

24. Mariana, brasileira nata, naturalizou-se voluntariamente cidadã de outro país por conveniência profissional. Anos depois, ao retornar ao Brasil, teve negado seu passaporte brasileiro sob a justificativa de perda de nacionalidade. Considerando o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) É admissível a renúncia à nacionalidade brasileira, desde que expressa e perante a autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.
- B) A aquisição de outra nacionalidade não implicará renúncia tácita à brasileira exclusivamente quando for obrigatória à permanência naquele país.
- C) A perda da nacionalidade é automática com a aquisição de outra, independentemente da motivação.
- D) A perda da nacionalidade em razão de aquisição de outra, voluntariamente, é expressamente estabelecida pela Constituição Federal, mas demanda decisão do Supremo Tribunal Federal.



CARGO: ASSISTENTE JURÍDICO

25. A Câmara de Vereadores do Município Piriri aprovou projeto de lei ordinária. O Prefeito, discordando parcialmente do texto, decidiu sancionar apenas alguns dispositivos e vetar outros, por motivo de interesse público. Logo após, promulgou a parte sancionada e remeteu o veto à Câmara de Vereadores. Sobre essa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- A) O veto que abrange incisos ou alíneas é inválido, pois só pode recair sobre artigos inteiros.
- B) É constitucional a promulgação da parte incontroversa de projeto de lei que não foi vetada, antes da manifestação do Poder Legislativo pela manutenção ou pela rejeição do veto.
- C) O silêncio do Chefe do Executivo ao final do prazo de 15 dias úteis do recebimento do projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo, não gera sanção tácita.
- D) A Constituição Federal admite que, após a promulgação da lei, o Prefeito vete novos dispositivos do texto, se identificar razões jurídicas para tanto.

26. Em regra, a investidura de pessoal em cargo público, deve se dar mediante prévia aprovação em concurso público. Contudo, admite-se a contratação de pessoal por tempo determinado sem concurso público. Baseando-se na legislação federal que rege o tema, sobre a validade da contratação temporária de servidores públicos, analise as afirmativas a seguir:

- I. a necessidade precisa ser temporária e o prazo de contratação predeterminado;
- II. deve haver a existência de excepcional interesse público;
- III. é admitida para os serviços ordinários permanentes do ente público que estejam sob o espectro das contingências normais da Administração, desde que seja uma contratação indispensável.

A partir da análise acima, assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- B) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- C) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- D) Todas as afirmativas estão corretas.

27. A Administração Pública é dotada de diversos poderes que lhe permitem realizar suas funções, dentre eles o Poder de Polícia, que autoriza a limitação do exercício de direitos dos administrados, com base no interesse público, observando critérios de legalidade e proporcionalidade. A respeito da delegação do Poder de Polícia a pessoas jurídicas de direito privado, considerando as fases do “ciclo de polícia”, assinale a alternativa correta.

- A) Somente os atos relativos ao consentimento e à fiscalização são delegáveis.
- B) Apenas os atos relativos à legislação são indelegáveis.
- C) Todas as fases do “ciclo de polícia” podem ser delegadas.
- D) Não pode haver qualquer delegação, uma vez que abrange atividade típica de Estado.

28. Carlos é servidor público municipal e exerce cumulativamente dois cargos de professor. A soma das remunerações percebidas pelos dois cargos ultrapassa o correspondente ao subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. O Tribunal de Contas determinou que os valores que excedem o teto fossem descontados da remuneração total de Carlos, aplicando o limite sobre o somatório dos vencimentos. Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) A decisão do Tribunal de Contas está correta, pois o teto constitucional deve ser aplicado sobre o total recebido pelo servidor, independentemente de os cargos serem acumuláveis.
- B) Nesse caso, a acumulação de cargos protagonizada por Carlos é inconstitucional, incumbindo-lhe pedir exoneração de um desses, sob pena de improbidade administrativa e restituição dos valores percebidos acima do teto constitucional.
- C) Nenhum limite se aplica à sua remuneração, pois o servidor exerce cargos acumuláveis e o teto não alcança hipóteses de acumulação lícita.
- D) O teto deve incidir individualmente sobre cada cargo público acumulado, desde que a acumulação seja constitucionalmente permitida.

29. No âmbito dos contratos administrativos, é correto afirmar que

- A) as cláusulas exorbitantes inseridas nos contratos administrativos têm por finalidade garantir o equilíbrio contratual em favor do particular, compensando os riscos da execução.
- B) a alteração unilateral do contrato administrativo pela Administração é possível apenas mediante concordância expressa do contratado, sob pena de nulidade do ajuste.
- C) a Administração pode rescindir unilateralmente o contrato administrativo nos casos previstos em lei, desde que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado.
- D) a aplicação de sanções contratuais pela Administração depende de autorização judicial prévia, em observância ao princípio do devido processo legal.

30. A Câmara Municipal de Angra dos Reis é o órgão do Poder Legislativo local, composta de vereadores, que desempenha as atribuições que lhe são próprias, atinentes à gestão dos assuntos de sua economia interna, bem como, ainda, outras funções. Sobre o tema, assinale a afirmativa **incorreta**.

- A) Desempenha a função auxiliadora, na colaboração com a administração pública federal e estadual através de indicações
- B) Desempenha a função de controle externo, através da fiscalização contábil, financeira e patrimonial do Município.
- C) Desempenha a função legislativa, constituindo na elaboração e votação de projetos de leis, decretos legislativos e resoluções.
- D) Desempenha a função historiadora, pelo manancial de informações que emerge de seus anais.

31. Em relação aos poderes administrativos, considere as seguintes assertivas:

- I. o exercício do poder de polícia pode se dar tanto de forma vinculada quanto discricionária, a depender da etapa do ciclo de polícia em que o ato se insere;
- II. o poder regulamentar autoriza a Administração Pública a editar atos normativos capazes de inovar a ordem jurídica, desde que fundados em expressa delegação legislativa;
- III. o poder disciplinar pressupõe a existência de vínculo jurídico entre a Administração e o sujeito sancionado, não se aplicando a particulares estranhos à relação administrativa;
- IV. o poder hierárquico é inerente a toda e qualquer relação entre órgãos da Administração Pública, inclusive entre pessoas jurídicas distintas da Administração indireta.

A partir da análise das afirmativas acima, assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- B) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- C) Somente as afirmativas II e IV estão corretas.
- D) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.

32. Maria é servidora pública federal ocupante de cargo efetivo de professora em uma universidade pública. Recentemente, foi aprovada em concurso para o cargo de pesquisadora em uma fundação pública de direito público federal, e pretende tomar posse no novo cargo. Além disso, Maria exerce atividades remuneradas como consultora educacional em uma empresa privada e foi convidada para ministrar aulas eventuais em uma instituição de ensino particular. Considerando a presente situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- A) Maria poderá acumular livremente os dois cargos públicos, uma vez que ambos têm relação com o magistério, não havendo qualquer limitação constitucional.
- B) A acumulação será possível somente se houver compatibilidade de horários, pois se trata de uma das hipóteses constitucionais de acumulação lícita: dois cargos de professor ou um de professor com outro técnico ou científico.
- C) A acumulação dos cargos é permitida, mas Maria deverá abrir mão de qualquer atividade privada remunerada, inclusive das aulas em instituições particulares, sob pena de infração disciplinar grave.
- D) A acumulação dos cargos será possível mesmo sem compatibilidade de horários, desde que Maria renuncie à remuneração de um deles.

33. A competência é questão importante para o desenvolvimento regular do processo, cabendo às partes e ao juízo, quando for o caso, zelar pela observância das regras legais de competência. No tocante à matéria, assinale a alternativa correta.

- A) A incompetência absoluta não se prorroga e pode ser reconhecida em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- B) A incompetência relativa pode ser declarada de ofício pelo juiz.
- C) A incompetência absoluta pode ser prorrogada por convenção das partes.
- D) A incompetência territorial sempre é absoluta.

34. Ajuizada Ação de Obrigação de Fazer por Cícero, seguindo o rito ordinário, foi designada audiência de conciliação, sem objeção das partes, que restou infrutífera ante a ausência da parte promovida. Diante disso, determinou o prosseguimento do processo. Considerando os princípios constitucionais e processuais civis, assinale a alternativa correta.

- A) A conciliação é obrigatória e a ausência de acordo impede o prosseguimento do processo.
- B) A ausência da parte injustificadamente não enseja em qualquer sanção.
- C) A tentativa de conciliação concretiza o princípio da cooperação e não impede o prosseguimento do feito.
- D) A audiência de conciliação é ato facultativo que pode ser dispensado a critério de qualquer das partes.

35. O Mandado de Segurança é remédio constitucional de suma importância para a proteção de direitos individuais, não resguardados por *Habeas Corpus* ou *Habeas Data*, em situações que independam de dilação probatória. Assinale a alternativa correta que apresenta hipótese em que, presente direito líquido e certo, se admite a interposição de Mandado de Segurança, segundo a legislação vigente.

- A) Contra lei em tese, de efeitos gerais e abstratos.
- B) Decisão judicial transitada em julgado.
- C) Decisão judicial contra a qual cabe recurso com efeito suspensivo.
- D) Ato contra o qual cabe recurso administrativo sem efeito suspensivo.

36. O Sistema Tributário Nacional, previsto nos artigos 145 a 162 da Constituição Federal, estabelece princípios, competências e critérios de repartição das receitas tributárias entre os entes federados. Com base nessas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.

- A) A União pode instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias decorrentes de investimento público urgente e de relevante interesse nacional, por meio de lei complementar, sendo a aplicação dos recursos vinculada à despesa que fundamentou sua criação.
- B) Os impostos residuais da União podem ser instituídos por lei ordinária, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios de impostos já discriminados na Constituição.
- C) Os municípios têm direito a 50% da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) incidente sobre os imóveis neles situados, independentemente de fiscalizar ou cobrar o imposto.
- D) O produto da arrecadação do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) pertence integralmente aos estados, cabendo-lhes repassar 25% aos municípios, na forma da lei complementar federal.



CARGO: ASSISTENTE JURÍDICO

37. O Tribunal de Justiça, por seu órgão fracionário, realizou julgamento unânime de Apelação. Antes mesmo da publicação da decisão, a parte vencida interpôs Recurso Especial, por entender violado dispositivo de lei federal. Posteriormente, foi publicado o Acórdão, tendo a parte vencedora apresentado Embargos de Declaração, com o intuito de corrigir vício interno no julgado. Os Embargos foram rejeitados pelo órgão. Diante disso, considerando as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) A parte embargada que interpôs Recurso Especial antes do julgamento dos Embargos de Declaração não teria direito à complementar ou alterar suas razões, em nenhum cenário, porque operou-se a preclusão consumativa.
- B) Nesse caso, o Recurso Especial interposto pela parte embargada, antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração, será processado e julgado independentemente de ratificação.
- C) Quando o Recurso Especial é interposto antes do julgamento dos Embargos de Declaração, incumbe à parte ratificar os termos de seu Recurso Especial após a publicação do julgamento dos Embargos, em qualquer caso, sob pena de não conhecimento.
- D) A interposição de Recurso Especial anterior à publicação da decisão recorrida enseja em não conhecimento por extemporaneidade, porque o ato processual foi praticado antes do termo inicial do prazo respectivo.

38. Durante a fase postulatória do procedimento comum, a contestação é o ato processual primordial de exercício do contraditório por parte do réu. Todavia, a não observância de regras específicas do ato processual, pode ensejar em prejuízo para sua própria defesa ou outras sanções processuais. Sobre a contestação é correto afirmar que

- A) o prazo para apresentar a contestação inicia necessariamente da citação do réu.
- B) não incumbe ao réu alegar, antes de discutir o mérito, a perempção.
- C) é dever do réu se manifestar precisamente sobre as alegações de fato constantes na petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas.
- D) o réu não precisa alegar na contestação toda a sua matéria de defesa, expor as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor, podendo adotar a estratégia processual de alegar sua matéria de defesa apenas em memoriais finais.

39. Em ação de reparação de danos, superada a instrução processual, o juiz atendeu ao pedido das partes de produção de prova testemunhal, indicou prazo para juntada do rol de testemunhas e designou audiência de instrução. Apenas o Autor apresentou rol de testemunhas no prazo legal, se comprometendo a levá-las. Chegando o dia da audiência de instrução, nenhuma das quatro testemunhas arroladas pelo Autor compareceu ao ato. O Autor indicou que uma das testemunhas faltou porque estava acometida por enfermidade grave e por isso não está em condições de depor, as outras três testemunhas se recusaram a ir. Então, foi pleiteado pelo Autor adiamento da audiência para substituição da testemunha adoentada e intimação judicial das demais. À luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- A) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a sete, sendo três, no máximo, para a prova de cada fato.
- B) A substituição de testemunha arrolada é situação excepcional, cujas hipóteses estão previstas na lei, sendo que nos termos do caso narrado é possível a substituição.
- C) O pedido da parte para que seja realizada a intimação da testemunha pelo juízo deve ser deferido, pois essa modalidade de comunicação das testemunhas é a regra.
- D) A testemunha arrolada pela parte e não intimada, se deixar de comparecer sem motivo justificado, será conduzida à audiência de instrução.

40. O exercício da função legislativa da Câmara Municipal de Angra dos Reis ocorre por meio de algumas proposições, exceto por

- A) projeto de decreto legislativo.
- B) emenda à Lei Orgânica Municipal.
- C) parecer da comissão apuradora.
- D) moções.

PROVA DISCURSIVA

Com base nos textos de apoio a seguir e em seus próprios conhecimentos, elabore um texto dissertativo-argumentativo, em norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema **O baixo nível de leitura dos brasileiros e as suas consequências na formação de uma população crítica e cidadã**. Sua redação deve ter no mínimo 25 e no máximo 30 linhas e apresentar uma abordagem crítica e bem fundamentada, defendendo um ponto de vista claro e coerente. Lembre-se de fazer menção a todos os elementos do tema em seu texto a fim de não cometer tangenciamento.

TEXTOS MOTIVADORES**Texto I**

Segundo dados da 6ª edição da pesquisa Instituto Pró-Livro (2024), mais de 53% dos brasileiros não leram nem mesmo parte de um livro – impresso ou digital – nos três meses anteriores ao levantamento. Esse cenário revela que, em muitos casos, a leitura não é incorporada como prática regular, o que enfraquece a formação de indivíduos capazes de interpretar, refletir e agir socialmente.

Texto adaptado. Acessível em <https://www.prolivro.org.br/2024/11/20/mais-da-metade-dos-brasileiros-nao-le-livros-afirma-pesquisa>

Texto II

O relatório do Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF (2024) mostra que 29% da população brasileira entre 15 e 64 anos se encontra em condição de analfabetismo funcional — ou seja, lê e escreve de forma básica, mas apresenta grande dificuldade para interpretar textos simples e lidar com informações do cotidiano. Esse quadro compromete o exercício pleno da cidadania, porque a tomada de decisões e o engajamento social dependem de habilidades de leitura e de compreensão.

Texto adaptado. Acessível em <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/analfabetismo-funcional-nao-apresenta-melhora-e-alcanca-29-por-cento-dos-brasileiros-mesmo-patamar-de-2018-aponta-novo-levantamento-do-inaf?>

Texto III

Segundo o pesquisador Rildo Cosson, “Ler não é somente decodificar símbolos, mas construir sentido, questionar ideias e tornar-se protagonista na sociedade.” Essa afirmação evidencia que, quando a leitura permanece reduzida àquilo que é imposto ou escolarizado, privamos a população da oportunidade de desenvolver pensamento crítico e autonomia — essenciais para a formação de cidadãos participativos.

Texto adaptado com base em COSSON, Rildo. *Letramento literário: teoria e prática*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

Texto IV



Acessível em <https://www.portuquescompartilhadoblog.com.br/2024/07/atividade-com-charge-uso-excessivo>

Para esta prova discursiva, caso deseje, utilize o espaço para rascunho indicado na página seguinte, no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o caderno de texto definitivo, que será o único instrumento oficial de correção da prova discursiva.

Espaço destinado para rascunho das questões objetivas:

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	